

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ANÁLISE DO ESTADO DA ARTE E DAS MACROTENDÊNCIAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS

Fernando Icaro Jorge Cunha¹

Ailton Jesus Dinardi²

Resumo: Este artigo mapeou o panorama das pesquisas científicas sobre Educação Ambiental em Unidades de Conservação, investigando suas abordagens teóricas, metodológicas, macrotendências político-pedagógicas e práticas educativas. A pesquisa foi desenvolvida por meio de mapeamento cientométrico e metassíntese qualitativa em periódicos avaliados pelo Qualis (áreas de Educação e Ensino). Os resultados indicam que a matriz conservacionista predomina nas práticas educativas, enquanto a perspectiva crítica se restringe ao campo teórico, evidenciando que cada tendência pedagógica responde a contextos, tempos e percursos específicos. Como encaminhamentos, defende-se a organização de dossiês temáticos, a ampliação do *corpus* analítico para teses e dissertações e o fortalecimento da interface com a Gestão Ambiental e os saberes locais/tradicionais.

Palavras-chave: Cientometria; Educação Ambiental; Unidades de Conservação; Tendências Político-Pedagógicas; Estado do Conhecimento.

Abstract: This article mapped the landscape of scientific research on Environmental Education in Protected Areas, investigating its theoretical and methodological approaches, political-pedagogical macro-trends, and educational practices. The research was conducted through scientometric mapping and qualitative meta-synthesis in journals evaluated by Qualis (Education and Teaching areas). The results indicate that the conservationist framework predominates in educational practices, while the critical perspective

¹ Universidade Federal de Roraima. E-mail: icaro729@gmail.com; icaro.cunha@ufrr.br. Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1495581852115865>

² Universidade Federal do Pampa. E-mail: ailtondinardi@gmail.com; ailtondinardi@unipampa.edu.br. Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0473681435809042>

is restricted to the theoretical realm, highlighting that each pedagogical trend responds to specific contexts, timelines, and pathways. As recommendations, the study advocates for the organization of thematic dossiers, the expansion of the analytical *corpus* to theses and dissertations, and the strengthening of the interface with Environmental Management and local/traditional knowledge.

Keywords: Scientometrics; Environmental Education; Protected Areas; Political-Pedagogical Trends; State of the Art.

Introdução

Diante da crise ambiental, tornou-se imprescindível adotar medidas para mitigar os impactos sobre a natureza. Da crise ambiental, do movimento ambientalista, surge o socioambientalismo, que busca conciliar a preservação ambiental com a justiça social, reconhecendo que os problemas ecológicos estão interligados às desigualdades econômicas e sociais.

Como resultado de um longo processo de construção de políticas públicas e do fortalecimento dos debates ambientais, foi sancionada a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Essa legislação criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelecendo diretrizes para a criação, implementação e gestão dessas áreas protegidas (Brasil, 2000).

Conforme Jacobi (2013), as questões ambientais apresentam uma dimensão global, mas são experienciadas de forma singular por cada comunidade. Diante dessas especificidades, é necessário implementar intervenções direcionadas aos contextos locais, regionais e específicos, a fim de viabilizar a identificação e o reconhecimento dos problemas pelas comunidades. Esse processo direciona o desenvolvimento da corresponsabilidade na gestão territorial, visando estimular a busca por soluções para enfrentar os desafios, os quais se tornam cada vez mais complexos, tanto quantitativa quanto qualitativamente.

A concepção de Jacobi (2013) sobre a abordagem socioambiental, que enfatiza a necessidade de ações direcionadas aos contextos locais e o envolvimento das comunidades na gestão do território, encontra uma correspondência direta com as diretrizes estabelecidas pelo SNUC, especialmente no que se refere ao Art. 5º, IV. Este artigo estabelece que as Unidades de Conservação (UC) devem buscar o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de diversas atividades, como estudos, pesquisas científicas, práticas de Educação Ambiental (EA), turismo ecológico e monitoramento.

A EA não formal, conforme definida na Lei nº 9.795/1999, refere-se às ações e práticas educativas voltadas para a sensibilização da sociedade sobre

questões ambientais, promovendo a participação ativa da coletividade na defesa e conservação do meio ambiente. Esse tipo de educação ocorre fora do contexto escolar formal, mas é igualmente essencial para a conscientização e mobilização social. No contexto das UC, a EA não formal visa sensibilizar a população local, incluindo as comunidades tradicionais, sobre a importância da preservação e do uso sustentável dos recursos naturais (Brasil, 1999).

Tendo em vista que a educação, por meio do ensino, se constitui como uma alternativa para abordar as práticas ambientais e que muitos professores buscam inspirações em publicações para replicá-las em seus contextos, como as publicações científicas brasileiras têm abordado a EA nas UCs? Por conseguinte, este artigo teve por objetivo mapear o estado da arte em periódicos científicos sobre EA em UCs, identificando as abordagens teóricas, metodológicas, as macrotendências político-pedagógicas e as práticas educativas.

Referencial Teórico

Diversos autores, incluindo Córdula *et al.* (2015), anunciam que a sociedade contemporânea enfrenta graves problemas socioambientais devido à ação humana, que causa alterações no meio ambiente, como a exploração de recursos naturais, mudanças na superfície terrestre, conversão de ecossistemas e aumento da produção de resíduos. No entanto, limitar-se a analisar esse problema e imaginar uma educação capaz de mitigar suas causas não será suficiente. É imprescindível adotar ações regionais que favoreçam a construção de um conhecimento sistêmico, posicionando-nos em uma perspectiva que transcenda o âmbito individual, priorizando ações coletivas voltadas para a reversão desse cenário.

De acordo com Sato, Silva e Jaber (2018, p. 39):

É um momento dramático das mudanças globais ambientais, seja no discurso do sequestro de carbono em função do aquecimento e do escurecimento global, da intervenção científica acelerada na transgenia ou na clonagem humana, que acelera o debate ético nas arenas religiosa, ambiental, antropológica ou social. Uma década de inúmeras perdas das políticas ambientais! Mas é também a década da continuidade dos periódicos, eventos e vivências em educação ambiental, do compromisso das redes, dos coletivos jovens, da justiça ambiental brasileira, da arte e das ciências em aproximação mais estreita.

Essa aproximação mais estreita ilumina a necessidade de integrar diferentes formas de entender os atores ambientais, incluindo aqueles que praticam uma EA de forma mais ingênua, mas que, ainda assim, precisa ser abordada de alguma maneira. Não existe uma fórmula única para a EA; como destaca Sauv   (2005, p. 17), "cada um prega sua própria visão e, inclusive,

formam-se 'igrejinhas' pedagógicas que propõem a maneira 'correta' de educar, 'o melhor' programa".

Carvalho (2013) pondera que, embora a EA promova práticas ecológicas, existem indivíduos e grupos que não se identificam com esses ideais, adotando valores e estilos de vida predatórios. A autora defende que a escola tem uma função na formação de subjetividades ecológicas, incentivando a reflexão crítica e o questionamento sobre as diferentes formas de viver e conviver, com o professor como mediador desse processo de aprendizagem.

Neste íterim, Franco (2014) destaca a pesquisa promovida pelo Ministério da Educação em 2005, "O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental?". O levantamento mapeou a presença e as práticas de EA nas escolas brasileiras entre 2001 e 2004, identificando três principais modalidades de implementação: projetos, disciplinas especiais e a inserção da temática ambiental nas disciplinas curriculares. Os resultados evidenciaram que, após a expansão nos anos 1990, a EA se consolidou, ampliando significativamente a adesão das instituições escolares.

À medida que as desigualdades se acentuam e as disparidades intrínsecas ao sistema social e à homogeneização das classes se consolidam, torna-se urgente reconfigurar a EA sob uma ótica crítica, que permita compreender as complexas interações sociais e as distintas realidades vivenciadas pelas diversas camadas sociais, conforme descrito por Loureiro e Layrargues (2013) e Layrargues e Lima (2014).

Lopes, Bueno e Saisse (2018) destacam que o Grupo de Discussão de Pesquisa (GDP) EA em Contextos não Escolares, criado em 2011, tem avançado nas discussões sobre os desafios dessa área, especialmente em comunidades e UCs. O aumento das pesquisas e o amadurecimento do campo foram evidentes no EPEA de 2017, embora ainda haja um processo de definição do que se entende por "contextos não escolares".

As UCs e os projetos e práticas educativas nelas desenvolvidos estão diretamente ligados à promoção da EA em contextos não escolares e não formais, com uma abordagem regional e coletiva. Conforme Valenti *et al.* (2012), políticas públicas, como o ProNEA, atuam na orientação das mudanças necessárias para a EA nas UCs. No entanto, para que essas políticas sejam efetivamente implementadas, é fundamental garantir a formação contínua dos educadores ambientais e adotar estratégias que possibilitem a aplicação prática das diretrizes no cotidiano das UCs.

Loureiro e Cunha (2008) abordam a importância da EA e da gestão participativa nas UCs para a promoção da sustentabilidade democrática:

Por essa razão, apontamos a educação ambiental crítica e emancipatória, assumida na proposta de educação no processo de gestão ambiental, como um caminho possível para quem atua na constituição dos conselhos de Unidades de Conservação, uma vez

Revbea, São Paulo, V. 21, Nº 4: 230-264, 2026.

que esta pressupõe a busca da autonomia dos grupos sociais envolvidos e o justo acesso à base vital e natural a partir da qual produzimos o que é necessário à satisfação de nossas necessidades materiais e simbólicas (Loureiro; Cunha, 2008, p. 250).

Há uma distinção significativa entre a abordagem convencional da EA nas UCs, que prioriza temas como ecologia e conservacionismo voltados ao público visitante, e a abordagem da EA crítica, que transcende esses aspectos, incorporando a discussão sobre o direito à participação social nos processos decisórios relativos à gestão democrática das UCs. Enquanto a EA convencional tende a focalizar a transmissão de conhecimentos sobre a natureza, a EA crítica busca promover a conscientização e a reflexão sobre a construção coletiva de políticas públicas, enfatizando a participação ativa das comunidades locais na gestão e preservação ambiental. Por esta razão, nós nos baseamos na perspectiva crítica, embora, para fins exploratórios, seja válido conhecer como as outras macrotendências se manifestam.

Delineamento Metodológico

Em conformidade com a natureza do problema e com o objetivo proposto, esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e descritivo-exploratória, do tipo "estado da arte" ou "estado do conhecimento" (Alves; Silva, 2023). O estudo adota um viés predominantemente qualitativo, sem abdicar de dados quantitativos decorrentes de sua dimensão cientométrica. Conforme salienta Minayo (2001, p. 22), não há "[...] um 'continuum' entre 'qualitativo-quantitativo', em que o primeiro termo seria o lugar da 'intuição', da 'exploração' e do 'subjetivismo'; e o segundo representaria o espaço do científico, porque traduzido 'objetivamente' e em 'dados matemáticos'".

No centro da produção científica, o estado da arte oferece uma perspectiva ampla e temática, específica para a exploração e interpretação de cada pesquisador. A fonte de dados a ser analisada inclui produções científicas para que os leitores possam visualizar o panorama do tema em questão no contexto cientométrico (Medeiros, Fortunato, Araújo, 2023). Segundo Ferreira (2021), esse tipo de pesquisa possibilita a transição de um contexto regional/local para um cenário nacional, o que resulta na ampliação de perspectivas e pode promover o desenvolvimento de políticas públicas.

Romanowski e Ens (2006) potencializam o estado da arte frente à descoberta de diferentes ênfases e metodologias, expansão de repertório teórico, e no campo da educação, subsidiam a inovação pedagógica ao aproximar o pesquisador de novas possibilidades. Com isso, os professores e pesquisadores passam a traçar novas estratégias e tendências, que inclusive incorporam novos elementos na literatura para a formação de professores. Segundo Alves e Silva (2023), essa modalidade de pesquisa, em sua essência investigativa, desvela o que foi pesquisado na área, aponta lacunas existentes

e sugere possibilidades para futuras investigações, promovendo o avanço da área nos domínios científico, epistemológico, filosófico, teórico e metodológico.

A busca por periódicos científicos foi realizada por meio da plataforma Sucupira da CAPES, utilizando como critério de seleção as publicações classificadas no estrato Qualis do período de 2017 a 2020³, especificamente com publicação no quadriênio nas áreas de Educação e Ensino. Embora reconhecendo as diferenças na produção acadêmica de acordo com os diferentes estratos do Qualis, optou-se por buscar revistas em todos os estratos, visando uma amostra mais ampla e representativa das publicações. Foram priorizadas revistas de acesso livre e gratuito, garantindo a disponibilidade do conteúdo para consulta e análise. Para a busca, foram empregados descritores intencionais relacionados ao escopo da pesquisa, incluindo os seguintes termos: Educação Ambiental/Ambiental; Meio Ambiente/Ambiente; Natureza; Sustentabilidade/Sustentável; Conservação/Preservação.

A Revista Desenvolvimento Sustentável e Tecnologias de Informação e Comunicação (ISSN: 9788-0485) foi excluída da seleção de periódicos devido à impossibilidade de localizar seu endereço eletrônico, comprometendo a acessibilidade e a verificação da disponibilidade dos artigos. Adicionalmente, a Revista de Direito Ambiental (ISSN 1413-1439) também foi removida, pois seu conteúdo possui acesso restrito e pago, em conformidade com os direitos autorais e os contratos firmados com as editoras. O acesso à revista é restrito exclusivamente a magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), o que limita o acesso público e impossibilita sua inclusão na lista de periódicos selecionados.

A partir da aplicação desses critérios, foi gerado um levantamento de periódicos que atendem às exigências metodológicas estabelecidas. A análise incluiu a identificação das revistas, seus respectivos ISSN⁴, classificação Qualis e vínculo institucional. Não houve especificação de intervalos temporais neste estado da arte, pois o objetivo desta pesquisa é proporcionar uma visão abrangente da temática. Vale ressaltar que os procedimentos de coleta de dados foram realizados entre novembro de 2024 e fevereiro de 2025.

Após a seleção das revistas, sucedeu-se uma busca nos campos de pesquisa de cada periódico por artigos com 'UC' no título. Esses artigos serão categorizados para identificar os que estão relacionados à EA. Foram considerados apenas aqueles em língua portuguesa, com títulos, palavras-chave ou resumos que abordem a temática da EA. Excluíram-se resumos de teses e dissertações, artigos em outros idiomas, publicações sem relação

³ Utilizou-se a classificação Qualis Periódicos quadriênio 2017-2020 por tratar-se da última avaliação consolidada oficialmente disponibilizada pela CAPES até o período de coleta dos dados desta pesquisa, realizado entre novembro de 2024 e fevereiro de 2025.

⁴ O ISSN (International Standard Serial Number) é um registro único atribuído a publicações periódicas, como revistas e jornais, para sua identificação e catalogação padronizada.

direta com o tema no título, resumo ou palavras-chave, textos editoriais ou de opinião, e trabalhos irrelevantes para o contexto de 'UC' na EA.

Para a análise, amparada na técnica de metassíntese qualitativa, baseada em Faria e Camargo (2022), foram levantados dados com o objetivo de apresentar um panorama sobre o estado do conhecimento, a análise das principais práticas educativas, metodologias e abordagens de práticas educativas em EA. Inicialmente, foi realizada a seleção dos estudos, com a definição dos critérios de inclusão e exclusão, seguida pela avaliação individual do material. Em seguida, será feita a análise comparativa dos resultados dos artigos, destacando suas macrotendências político-pedagógicas. Finalmente, os estudos selecionados serão sintetizados, buscando integrar as descobertas e aplicá-las ao contexto das UCs.

Resultados e Discussão

Inicialmente, foram identificadas 61 revistas científicas a partir dos descritores utilizados na Plataforma Sucupira. Contudo, após a exclusão de 2 periódicos, o *corpus* final organizou-se em 59 revistas científicas, para as quais foram registrados o nome, ISSN, classificação Qualis (2017-2020) e a respectiva instituição responsável, conforme a Tabela 1. Essas 59 revistas estão distribuídas em cinco descritores principais: Educação Ambiental/Ambiental (11 revistas), Ambiente/Meio Ambiente (24 revistas), Natureza/Naturais (8 revistas), Sustentabilidade/Sustentável (13 revistas) e Conservação/Preservação (3 revistas).

A expectativa inicial era encontrar uma maior quantidade de periódicos associados ao descritor *Educação Ambiental*, dada a relevância do pensamento crítico e da justiça social na temática. Contudo, a inclusão do descritor *Ambiente/Meio Ambiente* mostrou-se decisiva para ampliar a abrangência do levantamento, concentrando a maior parte das revistas identificadas.

A análise da distribuição pelo Qualis (2017-2020) revelou um perfil heterogêneo e predominantemente situado em estratos intermediários e inferiores. Enquanto *Educação Ambiental/Ambiental* (11 revistas) e *Conservação/Preservação* (3 revistas) predominaram nas faixas A4, B4 e C, o grupo *Meio Ambiente/Ambiente* (24 revistas) concentrou-se entre B1 e A4, destacando-se a *Ambiente & Sociedade* (A2). As categorias *Natureza/Naturais* (8 revistas) e *Sustentabilidade/Sustentável* (13 revistas) apresentaram pontuações pontuais de alto impacto, como a *Sociedade & Natureza* (A1), embora a maioria dos periódicos não alcance o estrato superior (A1 e A2).

Tabela 1: Distribuição dos periódicos mapeados por descritor e estrato Qualis (2017-2020)

Descritores	Total de Periódicos	Distribuição por Estrato Qualis (2017-2020)	Principais Instituições
Educação Ambiental/ Ambiental	11	A2 (1), A3 (3), A4 (2), B1 (2), B2 (1), B3 (1), B4 (1)	Unifesp, UFS, UNESP/UFSCar/USP, FURG, UFSM, ABES
Ambiente/ Meio Ambiente	24	A2 (1), A3 (5), A4 (4), B1 (6), B2 (2), B3 (2), B4 (2), C (2)	FURG, ANPPAS, UFF, UFAM, UFMS, UFPR, UFRGS, USP
Natureza/ Naturais	8	A1 (1), A2 (1), A3 (1), B2 (1), B4 (2), C (2)	UFU, UFGC, UFES, Museu Goeldi, UFN
Sustentabilidade/ Sustentável	13	A3 (2), B1 (2), B2 (4), B3 (3), B4 (2)	UNISUL, UEL, Uninove, UFSC, UFPR
Conservação/ Preservação	3	B4 (1), C (2)	UNIRIO, ICMBio, UFF
Total	59	A1 ao A4: 21 B1 ao B4: 32 C: 6	_____

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A análise inicial revela um descompasso entre a relevância das pautas ambientais nos programas de pós-graduação e o seu desdobramento nas práticas de ensino. A partir do *corpus* selecionado, realizou-se a busca pelos termos “Unidade de Conservação”, “Unidades de Conservação”, “UC” e “UCs”, organizando os artigos em duas categorias temáticas: 1) Educação Ambiental e Práticas Educativas; e 2) Gestão Ambiental e Interação com Comunidades Locais e Tradicionais. A Categoria 2, embora expressiva, foi excluída por extrapolar o escopo estritamente pedagógico desta pesquisa, centrada na Categoria 1. Para fins de transparência e reprodutibilidade, a matriz de fichamento (Apêndice A), o quadro de categorização (Apêndice B) e a lista de periódicos sem ocorrências (Apêndice C) podem ser acessados via QR Code (Figura 1).



Figura 1: Matriz de Fichamento, Categorização e Mapeamento dos Periódicos Pesquisados
Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Dessa forma, o levantamento focou exclusivamente nos trabalhos enquadrados na Categoria 1 (*Educação Ambiental e Práticas Educativas*), totalizando 42 artigos selecionados, distribuídos em 10 periódicos científicos, conforme detalhado na Tabela 2.

Tabela 2: Periódicos e quantitativo de artigos selecionados na Categoria 1
(Educação Ambiental e Práticas Educativas)

Revista	Abordagens	Artigos selecionados
Revista Brasileira de Educação Ambiental	Percepção local, práticas educativas, conflitos socioambientais, potencial educativo, conscientização, atividades práticas como trilhas ecológicas, uso de ferramentas audiovisuais.	13
Revista Sergipana de Educação Ambiental	Perspectiva biocêntrica, atividades pedagógicas em Unidades de Conservação, reflexões sobre valores e proteção ambiental	2
Pesquisa em Educação Ambiental	Análise da percepção, cognição, processos de aprendizagem, contextos de unidades de conservação, aspectos socioambientais	1
Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental	Conexão escola-universidade-UC, práticas educativas no Ensino Fundamental, metodologias de ensino, validação de jogos educativos ("Jogo do Parque"), percepção de visitantes, conduta consciente, interações com fauna, crianças, adolescentes, comunidades locais, práticas sustentáveis, recursos naturais, diferentes contextos	6
Fórum Ambiental da Alta Paulista	Artigos focados na educação ambiental em unidades de conservação, abordando temas como percepção	4

Revbea, São Paulo, V. 21, Nº 4: 230-264, 2026.

ambiental, uso de trilhas, práticas pedagógicas, modelos de ensino de ecologia, e a aplicação da educação ambiental crítica nas comunidades ao redor das unidades de conservação.

Ambiente e Educação	Educação Ambiental, Práticas pedagógicas, Concepções, Estratégias educativas, Saberes locais e Ambientalização em Unidades de Conservação	7
Desenvolvimento e Meio Ambiente	Governança voltada para a Educação Ambiental	1
Geoambiente On-line	Educação Ambiental para a mitigação de conflitos e a proteção de Unidades de Conservação	1
Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental	Gestão de resíduos sólidos, Educação ambiental, Unidades de Conservação	1
Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação	Educação, sensibilização, formação crítica, ensino, público, práticas sustentáveis.	6
Total		42

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Dentre os veículos mapeados com avaliação Qualis/CAPES em Educação e Ensino, um conjunto expressivo de 30 revistas não registrou artigos contendo os termos "unidade de conservação", "unidades de conservação", "UC" ou "UCs" no título. A ausência desses descritores aponta para uma lacuna na visibilidade do tema nesses periódicos, demonstrando um foco editorial predominantemente voltado à gestão técnica e administrativa de recursos naturais, onde as práticas educativas em UCs figuram de forma periférica ou pouco delimitada.

A ausência de pesquisas sobre o tema em 30 periódicos, presentes no Apêndice C conforme indicado na Figura 1, expõe uma lacuna na produção acadêmica que pode ser preenchida para expandir os estudos sobre UCs. Em paralelo, torna-se premente que as Licenciaturas na área de Ciências absorvam essa temática na formação docente, inserindo o debate nas matrizes curriculares e nos projetos pedagógicos com o propósito de capacitar professores para o enfrentamento das questões ambientais da atualidade.

Não se pretende aqui afirmar que, em face desta metodologia, a expressiva produção no campo da gestão ambiental constitui um problema. Pelo contrário, tais publicações, assim como aquelas voltadas às questões sociais das comunidades tradicionais, são de grande relevância. O que se evidencia, contudo, é a limitação da produção especificamente educacional, especialmente considerando tratar-se de um campo fértil para o

aprofundamento de diálogos críticos sobre desigualdades, consciência social e saberes ambientais e participação social, “[...] pois participar remete necessariamente à distribuição de poder, a quem ganha e a quem perde na sociedade quando se define algo que regula as práticas coletivas” (Loureiro; Cunha, 2008, p. 248). Essa pauta específica da gestão, inclusive, tem impulsionado o surgimento de diversos estudos na área, como o de Mendonça e Talbot (2014, p. 231), que caracterizam esse contexto como um cenário de democratização e descentralização das UC, quando descrevem:

Outra iniciativa que pode representar um saudável processo de democratização interna, e que repercute na sociedade envolvida na gestão das unidades, é a desconcentração administrativa e técnica do processo decisório na gestão das UCs, representada pela (re)estruturação das Coordenações Regionais e a formação de redes colaborativas de apoio às unidades. Dividir as responsabilidades, criando instâncias regionais estruturadas e empoderadas que conheçam o contexto sociopolítico, cultural e ambiental da região onde se situam, pode efetivamente representar um salto de qualidade para a gestão, na medida em que as ações finalísticas são planejadas e executadas de forma articulada com as áreas técnicas da sede. Ressalta-se que este processo está em construção e não está claro se a desconcentração das atividades alcançará apenas o ponto de vista operacional, ou se também contemplará o processo decisório.

A falta de uma EA que dialogue com a gestão, com as questões socioambientais e com os anseios das comunidades locais e tradicionais acaba priorizando um viés conservador e tradicionalista, ignorando as necessidades e perspectivas dessas comunidades. Como afirma Lima (2009, p. 147), “a ecologia política trouxe a contribuição das ciências humanas e sociais para a reflexão e o debate ecológico que, até então, eram pautados por leituras biologicistas e despolitizadas dos problemas ambientais”, ressaltando a importância de incorporar dimensões históricas, culturais e políticas à EA.

Por outro lado, os periódicos que apresentaram publicações com os termos correlatos a UC nos títulos totalizaram 174 artigos. Desses, 42 foram enquadrados na categoria *Educação Ambiental e Práticas Educativas* e 132 voltaram-se à *Gestão Ambiental e Interação com Comunidades Locais e Tradicionais*. Embora a dimensão da gestão predomine em termos quantitativos, essa assimetria não configura um demérito, mas sim um indicativo da necessidade de fortalecer a EA crítica no contexto das UCs em âmbito nacional. Assim, delimitaram-se para a análise aprofundada os 42 artigos da Categoria 1, sintetizados e codificados no Quadro 1 para conferir maior fluidez à discussão.

Quadro 1: Artigos incluídos na análise e codificação

Periódico	Título do artigo	Identificação	Autores	Ano
Revista	Unidades de Conservação e as	ATG01	Silva, A. A. da;	2024

Revbea, São Paulo, V. 21, Nº 4: 230-264, 2026.

Brasileira de Educação Ambiental	contribuições da Revista Brasileira de Educação Ambiental		Navas, C.	
	Educação Ambiental e o conflito fundiário em Unidade de Conservação Estadual na Amazônia: pensando o território e os impactos de transformação socioambiental	ATG02	Souza, S. R. de; Araújo, A. A. de; Pontes, A. N.	2022
	Educação Ambiental popular em Unidade de Conservação: educadores ambientais locais Serra do Itapeti	ATG03	Panzeri, C. G.; Evangelista Junior, C. da S.	2024
	Potencial educativo em Unidade de Conservação: o caso do Parque Natural Municipal de Governador Valadares (MG)	ATG04	Geber, F. M.; Souza, M. C. R. F. de; Campos, R. B. F.	2022
	A importância das aulas de campo em Unidade de Conservação (UC) na Educação Básica: Pós-isolamento social	ATG05	Silva, A. S. da; Silva, F. T.; Figueiredo, T. R.	2020
	A importância da Educação Ambiental para a conscientização das populações no entorno de Unidades de Conservação: o caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba	ATG06	Fortes, I. de B.; Dias, J. M. de M.	2023
	Produção audiovisual como instrumento de educação ambiental: experiência em Unidade de Conservação	ATG07	Panagassi, I.; Setin, M. F.; Assis, N. A.; Malavazzi, A. A.	2017
	Concepção ambiental de educadores ambientais em Unidade de Conservação	ATG08	Marques, J. D.; Batista, B. K. L.; Leão, J. D.; Tokusato, T. T.; Oliveira, F. M. de.	2023
	A compreensão da natureza para atividades de Educação Ambiental na Unidade de Conservação FLONA de Palmares, Altos (PI)	ATG09	Costa Filho, P. A. da; Ferreira, L. S. dos S.; Nápolis, P. M. M.	2023
	Educação Ambiental em Unidade de Conservação Municipal: percepções de estudantes do ensino fundamental	ATG10	Simões, N. A., & Hayashi, C.	2024

	Subsídios para implantação da Educação Ambiental no Parque Nacional de Sete Cidades (PI) por meio da percepção dos moradores de uma comunidade do entorno	ATG11	Nhaga, T.; Camarotti, M. de F.; Correia, M. . L. D.	2021
	Educação Ambiental e popularização do conhecimento: percepção de estudantes sobre uma Unidade de Conservação na Bahia	ATG12	Carvalho, J. V. de; Alves, L.; Santos, A. K. A. dos.	2021
	O impacto de uma trilha ecológica na ampliação das concepções de natureza em alunos de uma Unidade de Conservação	ATG13	Pinto, A. de K. M.; Lopes, L. B.; Assis, D. M. S. de; Tavares-Martins, A. C. C.	2022
Revista Sergipana de Educação Ambiental	Educação Ambiental na perspectiva biocêntrica - valores frente à vida e efetivação da proteção ambiental: uma análise a partir da gestão de unidades de conservação	ATG14	Dornel, C. J. I H. C.; Lins, A. L. D.; Damázio, M.	2020
	Aula no parque: principais reflexões acerca da realização de atividades pedagógicas em unidades de conservação da natureza	ATG15	Oliveira, M. V. N. de.	2018
Pesquisa em Educação Ambiental	Percepção, cognição e aprendizagem socioambiental em unidade de conservação	ATG16	Serpe, B. M.; Rosso, A. J.; Camargo, B. V.	2011
Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental	Escola, Universidade e Unidade de Conservação: a Educação Ambiental como conexão, um estudo de caso em Itapuã – RS	ATG17	Souza, B. R.; Frizzo, T. C. E.; Rocha, D. A. dos S.; Delacroix, R.	2020
	Unidade de Conservação urbana como espaço educativo: práticas com alunos do Ensino Fundamental	ATG18	Silva, P. M. dos S.; Amorim, V. E. P.; Santana Neto, S. P. de; Peres, M. C. L.; Cerqueira, M. B.	2013
	Metodologias de educação ambiental em unidades de conservação brasileiras: uma revisão de 2011 a 2021	ATG19	Alves da Costa Filho, P.; Sousa dos Santos Ferreira, L.; Nápolis, P. M. M. N.	2024

	Crianças e adolescentes moradores de uma Unidade de Conservação: qual Educação Ambiental oferecer-lhes?	ATG20	Silva, R. A. da; Bonotto, D. M. B.	2013
	Validação do RPG "Jogo do Parque" junto a grupo amostral do entorno de uma Unidade de Conservação no Agreste Sergipano	ATG21	Maroti, P. S.; Santos, E. L.; Silva, C. da.	2017
	Percepção dos visitantes do Parque Nacional de Brasília sobre sua interação com <i>Cebus libidinosus</i> : subsídios para uma prática de Educação Ambiental e de conduta consciente de visitantes de Unidade de Conservação da natureza	ATG22	Brasileiro, L.; Almeida, L. E. de; Saito, C. H.	2013
Fórum Ambiental da Alta Paulista	Educação ambiental em Unidades de Conservação brasileiras: uma revisão sistemática das macro-tendências político-pedagógicas	ATG23	Rodrigues, K.; Obara, A. T.; Sereia, D. A. de O.	2023
	A construção de um modelo para o ensino de ecologia em Unidades de Conservação: o caso do Parque Ecológico Diva Paim Barth, município de Toledo, Paraná	ATG24	Junior, A. F. N.; Silva, A. M. da.	2015
	Percepções Ambientais de residentes do entorno de uma Unidade de Conservação: instrumento para a Educação Ambiental Crítica	ATG25	Rodrigues, K.; Tenfen, C. E.; Sereia, D. A. de O.; Obara, A. T.	2023
	Os desafios do uso de trilhas em Unidades de Conservação	ATG26	Leite Rezende, V.; Leite Cunha, F.	2014
Ambiente e Educação	O quilombo na floresta: perspectivas e estratégias de Educação Ambiental com uma comunidade Quilombola no interior de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral	ATG27	Gomes da Silva, S.; Fernandes Ferreira, F.; Sena Marinho, L.	2022
	Estudo das percepções e avaliação de interações educativas voltadas ao meio ambiente em escolas de uma Unidade de Conservação do Rio Grande do Norte – Brasil	ATG28	Nascimento, M. V. E.; Almeida, E. A. de.	2013
	Concepções e práticas de Educação Ambiental em unidades	ATG29	Soares, M. L. B.; Carvalho, M. B.	2014

	de conservação: estudo de caso na Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (FEENA), Rio Claro-SP		S. da S.	
	A ambientalização do currículo em escolas próximas à unidades de conservação	ATG30	Ernst Frizzo, T. C.	2020
	As unidades de Conservação na perspectiva da Educação Ambiental	ATG31	Cruz, C. A. da; Sola, F.	2018
	Estudos de percepção ambiental em Unidades de Conservação uma revisão sistemática da literatura	ATG32	Rodrigues, K.; Sereia, D. A. O.; Obara, A. T.	2023
	Saberes e fazeres locais na conservação dos recursos hídricos: bases para ações em Educação Ambiental em uma unidade de conservação	ATG33	Marques, P. S.	2012
Desenvolvimento e Meio Ambiente	Sistema de governança em Unidades de Conservação	ATG34	Abrahão, G. R.; Asmus, M.	2018
Geoambiente On-line	Educação Ambiental: a chave da mitigação de conflitos e proteção de Unidades de Conservação no Cerrado	ATG35	Borges, P. G; Guilherme, F. A. G.	2020
Revista Gestão & Sustentabilidade de Ambiental	Estudo sobre gestão de resíduos sólidos e Educação Ambiental em Unidades de Conservação do estado do Rio de Janeiro	ATG36	Gomes, S. B. V; Rocha, M. B.	2021
Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação	Programa Parque Escola: uso público das Unidades de Conservação em Guapimirim, RJ	ATG37	Chaves, T. C. O.; Freitas, D. L.; Maceira, T. R. S.; Silva, L. F. S.	2015
	Educação Ambiental em trilhas interpretativas: ações de formação crítica e sensibilização em Unidades de Conservação	ATG38	Silva, A. C. L. <i>et al.</i>	2024
	A perspectiva discursiva do vídeo-documentário "mar sem fim - Unidades de Conservação": o caso da reserva extrativista de	ATG39	Pimentel, B. C.; Fonseca, V. M.	2020

Revbea, São Paulo, V. 21, Nº 4: 230-264, 2026.

	canaveiras sob a ótica do turismo em áreas protegidas			
	Educação Ambiental formal em Unidades de Conservação da região hidrográfica do Guaíba, RS	ATG40	Nascimento, C. A.	2015
	Oficinas ambientais da Área de Proteção Ambiental de Guapi-mirim e da Estação Ecológica da Guanabara (RJ): atraindo a comunidade às Unidades de Conservação através de capacitações	ATG41	Santana, A. P.; Fukuda, J. C.	2015
	Gaupuc: uma proposta educacional para o fortalecimento do uso público em Unidades de Conservação	ATG42	PERES, L. D. S. <i>et al.</i>	2020

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A distribuição dos trabalhos, ilustrada na Figura 2, evidencia a predominância da *Revista Brasileira de Educação Ambiental* (13 artigos), seguida pelo destaque de periódicos como *Ambiente & Educação* (7) e a *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental* (6). Enquanto alguns veículos concentram um maior volume de publicações, outros, a exemplo da *Desenvolvimento e Meio Ambiente* e da *Geoambiente On-line*, somam apenas um artigo, o que sugere menor fluxo de submissões na temática ou escopos editoriais mais específicos. Esse cenário reflete tanto a existência de periódicos de referência para o debate sobre o tema quanto a dispersão da produção entre diversos veículos da área ambiental.

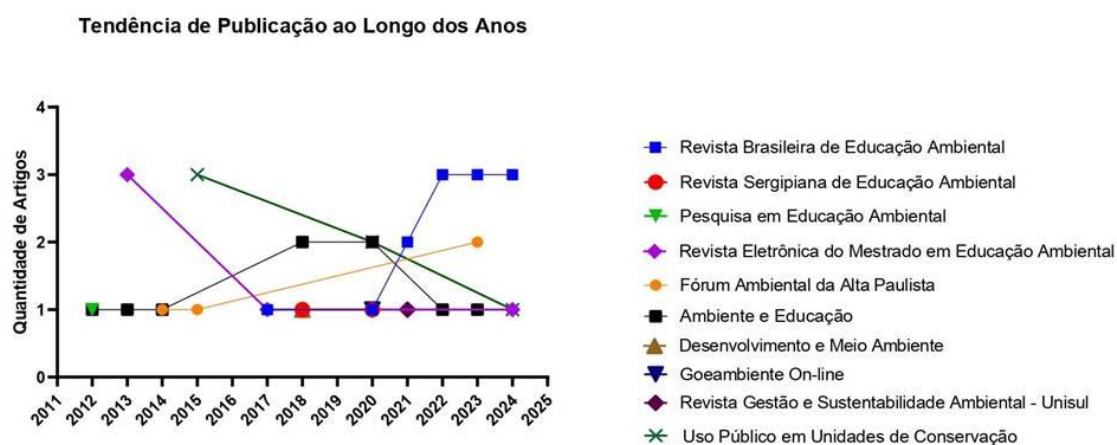


Figura 2: Panorama da tendência de publicação ao longo dos anos por periódico

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

O gráfico "Tendência de Publicação ao Longo dos Anos" evidencia variações na quantidade de artigos publicados em diferentes periódicos de EA

entre 2011 e 2025. A Revista Brasileira de Educação Ambiental se destaca pelo crescimento a partir de 2021, mantendo um número constante de publicações nos anos seguintes. Em contrapartida, a Pesquisa em Educação Ambiental apresentou um pico inicial, seguido por uma queda progressiva, sugerindo mudanças na política editorial ou na preferência dos pesquisadores. A Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental teve um volume expressivo de publicações em 2013, mas sofreu um declínio acentuado nos anos posteriores. Já o Fórum Ambiental da Alta Paulista demonstrou um crescimento mais gradual ao longo do tempo.

Alguns periódicos, como a *Revista Sergipana de Educação Ambiental* e a *Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental*, mantiveram um baixo número de publicações ao longo dos anos, sem variações significativas. Outras revistas, como a *Desenvolvimento e Meio Ambiente* e a *Geoambiente On-line*, apresentaram pouca representatividade no conjunto analisado, com produções pontuais. Essas tendências indicam a consolidação de alguns periódicos como referência na área, enquanto outros registram uma presença mais esporádica no *corpus* levantado.

Vale ressaltar a importância da promulgação da Lei do SNUC, especialmente porque, embora não tenhamos estabelecido um marco temporal específico para esta pesquisa, todas as produções analisadas foram publicadas após a implementação dessa legislação. No entanto, a questão que se coloca é: por que, após a promulgação do SNUC, a produção acadêmica sobre as EA em UCs não apresenta um crescimento significativo ou, em alguns casos, permanece baixa em determinadas publicações? Um aspecto relevante que surge é a gestão editorial dos periódicos. A falta de um direcionamento nas revistas, ou mesmo a ausência de uma política editorial voltada para a promoção do tema das UCs, pode ser um dos fatores que contribui para a baixa produção acadêmica sobre o tema, especialmente nas revistas que mantiveram números reduzidos de publicações ou não apresentaram nenhuma produção sobre o tema.

Outro aspecto importante a ser considerado é que muitos dos artigos publicados originaram-se de eventos científicos e acadêmicos na área. Logo, essa estratégia mostrou-se viável para disseminar a produção sobre a temática. Esses eventos geralmente proporcionam outras formas de discussão sobre o tema, como mesas-redondas, oficinas/ateliês, atividades de campo, palestras e apresentações, as quais agregam o conhecimento de acadêmicos e professores interessados na área, que compartilham metodologias bem-sucedidas e discutem práticas inovadoras, ampliando as possibilidades de aplicação do conhecimento gerado.

Layrargues e Lima (2014) caracterizam as macrotendências político-pedagógicas da EA, é importante compreender as três principais abordagens que moldam a prática educativa nesta área: conservacionista, pragmática e crítica. A abordagem conservacionista foca na preservação da natureza e na

sensibilização para a importância de conservar os recursos naturais. A perspectiva pragmática, por sua vez, tem uma visão mais voltada para a resolução de problemas ambientais concretos, como o consumo sustentável e a gestão de resíduos. Já a abordagem crítica busca refletir sobre as desigualdades sociais e ambientais, propondo uma transformação nas estruturas políticas e sociais.

Os artigos selecionados foram lidos integralmente e analisados à luz das macro-tendências da EA propostas por Layrargues e Lima (2014). O objetivo foi identificar o enquadramento teórico de cada pesquisa entre as vertentes conservacionista, pragmática e crítica. Para essa classificação, examinaram-se os excertos textuais em articulação com as metodologias e achados de cada estudo, sintetizados no Quadro 2.

Quadro 2: Síntese descritiva para análise

Código	Objetivo Principal	Abordagem Metodológica	Principais Achados e Conclusões
ATG01	Mapear a produção sobre UCs na RevBEA ao longo de 20 anos.	Revisão sistemática (estado do conhecimento) de 20 artigos.	Predomínio da Educação Ambiental crítica, com emergência de temas como saúde, conexão com a natureza e bioética.
ATG02	Correlacionar a EA com a qualidade da gestão de UC em área de conflito socioambiental.	Pesquisa-ação participativa (12 meses de intervenção social).	A EA atuou como solução para o desenvolvimento comunitário e a permanência de populações tradicionais.
ATG03	Analisar a construção coletiva dos conceitos de EA e meio ambiente em projeto formativo.	Coleta de dados em atividades formativas por unidades de paisagem.	Transição de uma EA comportamentista/normativa para uma compreensão socioambiental e multiescalar.
ATG04	Refletir sobre o potencial educativo e protetivo de UCs municipais.	Análise de plano de manejo, observação direta e caminhadas em trilhas.	Elevado potencial estrutural, porém com sobrecarga da equipe e risco de subvalorização do espaço educativo.
ATG05	Investigar a percepção docente sobre aulas de campo em UCs no contexto pandêmico.	Questionário online aplicado a professores.	Valorização de conteúdos de ecologia e poluição; percepção do isolamento como oportunidade para debater crises ambientais.
ATG06	Discutir a EA sob uma perspectiva global/humanitária voltada a áreas sensíveis.	Estudo analítico-crítico de dimensões socioambientais.	A EA é posicionada como ferramenta central para o enfrentamento da crise socioambiental e reestruturação de práticas em UCs.
ATG07	Relatar a produção de documentário audiovisual como recurso de sensibilização.	Estudo de caso cobrindo etapas de roteirização, filmagem, edição e exibição.	O audiovisual demonstrou alto potencial atrativo e sensibilizador sobre o patrimônio histórico e ambiental.
ATG08	Identificar concepções ambientais de educadores em projetos ambientais.	Entrevistas semiestruturadas com 5 educadores ambientais.	Concepções multidisciplinares (refúgio, ecossistema); entraves na gestão e tecnologia; defesa do pensamento crítico.

ATG09	Analisar a percepção de estudantes urbanos e rurais sobre uma Floresta Nacional.	Pesquisa descritiva quanti-qualitativa (entrevistas com 66 estudantes).	Estudantes urbanos manifestaram visão naturalista, enquanto rurais apresentaram perspectiva antropocêntrica.
ATG10	Levantar percepções de estudantes de escola pública sobre parque natural municipal.	Questionários com 82 estudantes e Análise de Conteúdo.	Predomínio de visões naturalistas e preservacionistas, com incipiente dimensão socioambiental.
ATG11	Compreender as relações entre moradores de zona de amortecimento e a fauna local.	Pesquisa qualiquantitativa com 28 entrevistas semiestruturadas.	Ação educativa preencheu lacunas de conhecimento formal sobre a fauna, especialmente animais peçonhentos.
ATG12	Diagnosticar a popularização do conhecimento científico sobre UC municipal no meio escolar/acadêmico.	Aplicação de questionários em 3 escolas e 1 IES.	Descompasso entre a produção acadêmica existente sobre a UC e a apropriação desses dados pelo público local.
ATG13	Avaliar o impacto de intervenções pedagógicas nas concepções de natureza de escolares.	Diagnóstico pré e pós-intervenção com uso de mapas mentais.	Expansão de 29% nos elementos das concepções de natureza, reforçando a necessidade de práticas contínuas.
ATG14	Discutir as contribuições da Educação Biocêntrica para a gestão e proteção de UCs.	Meta-análise reflexiva fundamentada em 4 pesquisas prévias sobre gestão de UCs.	A perspectiva biocêntrica surge como alternativa crítica ao paradigma antropocêntrico dominante na gestão.
ATG15	Avaliar a eficácia de trilhas interpretativas na formação cidadã e aprendizagem no ensino fundamental.	Atividade prática de trilha (3 km) acompanhada de questionários investigativos.	Ganhos significativos em aprendizagem e sensibilização, validando o trabalho de campo como apoio à gestão ambiental.
ATG16	Analisar o aprendizado em trilhas interpretativas mediado por conflitos cognitivos.	Pesquisa fundamentada em Piaget com 21 sujeitos e análise via software ALCESTE.	O conflito cognitivo problematizou o ambiente e reestruturou as percepções ambientais dos visitantes.
ATG17	Mapear a articulação entre parques estaduais e a rede escolar regional.	Revisão documental, levantamento de visitas e observação participante.	Apesar de entraves burocráticos e orçamentários, as parcerias fortalecem ações educativas integradas.
ATG18	Explorar UCs urbanas como espaços educativos para o Ensino Fundamental.	Intervenção pedagógica participativa com momentos práticos e teóricos.	Superação da visão simplista sobre a relação sociedade-natureza e estímulo a atitudes conservacionistas.
ATG19	Mapear as metodologias de EA empregadas em UCs brasileiras na literatura.	Revisão sistemática de 24 publicações nacionais.	Predomínio de trilhas ecológicas como metodologia; constatação de carência de pesquisas metodológicas em UCs.
ATG20	Investigar o convívio e concepções de crianças/adolescentes no entorno de Florestas Estaduais.	Pesquisa qualitativa com entrevistas coletivas focadas em normas e regras da UC.	Identificação de conflitos de uso e restrições de acesso, demandando EA pautada na autonomia e cidadania.
ATG21	Avaliar o uso do RPG	Intervenção educativa	Maior adesão entre licenciandos

	("Jogo do Parque") como ferramenta pedagógica em espaços não formais.	com professores e licenciandos em Biologia.	em comparação aos professores em exercício, devido à familiaridade técnica.
ATG22	Investigar as interações e percepções de visitantes em relação à fauna silvestre (macacos-prego).	Questionário padronizado aplicado a 52 visitantes em parque nacional.	Contradição entre a simpatia pela fauna e práticas inadequadas (alimentação), demandando literacia científica.
ATG23	Analisar a produção científica sobre EA em UCs nos últimos 10 anos.	Revisão sistemática e meta-análise de 25 artigos selecionados na CAPES.	Forte presença da EA crítica e emancipatória, contrabalançada pela escassez de publicações perante o total de UCs.
ATG24	Avaliar o potencial pedagógico de parques ecológicos para o ensino de Ecologia.	Estudo documental e levantamento biótico de fauna e flora urbanas.	O parque atua como laboratório vivo altamente viável para práticas interdisciplinares de Ecologia e EA.
ATG25	Investigar percepções sobre mudanças climáticas e biodiversidade no entorno de UCs.	Pesquisa exploratória com observação participante, palestras e trilhas.	Sensibilização efetiva via trilhas; necessidade de ações contínuas para aprofundar a compreensão temática.
ATG26	Sintetizar os impactos socioambientais do uso de trilhas na literatura nacional.	Revisão da literatura focada em fatores bióticos e abióticos.	A EA e o manejo adequado reduzem a degradação do solo/vegetação gerada pelo turismo de massa.
ATG27	Elaborar Plano Estratégico de EA para comunidades quilombolas sobrepostas a UCs.	Diagnóstico socioambiental e elaboração participativa de plano de ação.	Proposição de diretrizes educativas sensíveis às especificidades culturais e territoriais quilombolas.
ATG28	Caracterizar percepções ambientais de alunos e professores em Áreas de Proteção Ambiental.	Análise de conteúdo de questionários e entrevistas diagnósticas.	Recomendação de intervenções pedagógicas mais frequentes e contextualizadas à realidade da APA.
ATG29	Comparar concepções de EA entre gestores e visitantes em Floresta Estadual.	Entrevistas e análise documental de materiais educativos da UC.	Prevalência de abordagens conservacionistas tradicionais, com propostas de transição para uma EA crítica.
ATG30	Identificar fatores de ambientalização curricular em escolas do campo vizinhas a UCs.	Estudo etnográfico com triangulação de dados qualitativos.	O engajamento docente favorece a ambientalização; restrições orçamentárias e de transporte figuram como barreiras.
ATG31	Analisar a articulação teórica e normativa entre o SNUC e a PNEA.	Estudo teórico-documental da legislação ambiental brasileira.	Apresentação de diretrizes que reforçam o papel da EA como eixo transversal na gestão territorial protegida.
ATG32	Mapear a produção nacional sobre percepção ambiental em UCs.	Revisão de 33 artigos e aplicação do teste estatístico Qui-quadrado.	Variação da percepção conforme o grau de pertencimento; relevância de diagnósticos para a gestão participativa.
ATG33	Mapear saberes locais relativos a recursos hídricos para subsidiar ações de EA.	Estudo de caso comunitário focado em saberes e fazeres tradicionais.	Constatação de conhecimentos fragmentados; proposta de EA focada no empoderamento e gestão comunitária da água.

ATG34	Avaliar arranjos de governança e EA em Estações Ecológicas.	Estudo de caso focado em indicadores de governança e conselhos gestores.	A participação social e parcerias com o terceiro setor fortalecem a gestão e suprem lacunas estatais.
ATG35	Investigar como a percepção pública influi na mediação de conflitos em UCs.	Revisão da literatura focada em 146 UCs de GO e DF.	A desinformação e o baixo pertencimento amplificam conflitos; a EA deve abordar as visões distorcidas da comunidade.
ATG36	Diagnosticar o manejo de resíduos sólidos e propor estratégias de EA em UCs.	Análise documental de 32 planos de manejo no estado do Rio de Janeiro.	Proposição de diretrizes alinhadas à PNRS, combinando infraestrutura (coleta seletiva) e campanhas de EA.
ATG37	Avaliar os impactos do "Programa Parque Escola" na sensibilização municipal.	Monitoramento de público e atividades práticas (trilhas, plantios e palestras).	Alcançou mais de 360 pessoas em um ano, estimulando o sentimento de pertencimento e o uso público consciente.
ATG38	Desenvolver e testar trilhas interpretativas com base em indicadores de atratividade.	Aplicação do método IAPI em trilhas de UCs metropolitanas.	A metodologia IAPI otimizou o potencial interpretativo e a integração entre escola, universidade e gestão da UC.
ATG39	Analisar aspectos discursivos de documentário sobre Reservas Extrativistas.	Pesquisa qualitativa e Análise de Conteúdo (Bardin) de produção audiovisual.	Destaque para o protagonismo feminino na criação da UC e utilidade do filme como recurso disparador de debates.
ATG40	Mapear a inserção da EA em escolas de bacias hidrográficas com foco na ENCEA.	Aplicação de questionários em 84 instituições de ensino (47 municípios).	Subutilização das UCs pelo sistema escolar local, evidenciando a necessidade de fortalecer políticas de EA.
ATG41	Avaliar a viabilidade de eventos comunitários de EA em UCs (Semana de Oficinas).	Relato de experiência e análise de indicadores de custo-benefício de 27 oficinas.	Atendimento de 420 pessoas com baixo custo financeiro, demonstrando a eficácia de eventos abertos à comunidade.
ATG42	Analisar ações extensionistas voltadas ao uso público ordenado em UCs.	Estudo de caso de programa de extensão universitária (ações presenciais e remotas).	Fortalecimento da cultura de valorização de áreas protegidas e qualificação do uso público por meio da extensão.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A síntese dos artigos analisados permite compreender a EA em UCs sob diferentes perspectivas. Revisões de literatura e sistemáticas (ATG01, ATG19, ATG23, ATG26) mapeiam tendências, metodologias e lacunas, mas não refletem a vivência concreta de comunidades, educandos ou turistas. Nesse contexto, Ardoin, Bowers e Gaillard (2020) destacam que o engajamento em espaços generativos possibilita atividades transformadoras com efeitos a curto e longo prazo. A diversidade metodológica apresenta a centralidade das práticas formativas em contextos reais, sobretudo estudos de caso, intervenções pedagógicas e ações colaborativas, enquanto abordagens críticas e participativas permanecem pouco exploradas, indicando potencial para avanços na EA em UCs.

Para compreender as estratégias de investigação adotadas nas publicações, o Quadro 3 sintetiza as metodologias empregadas nos artigos analisados.

Quadro 3: Classificação das Metodologias Empregadas nas Pesquisas

Metodologias empregadas	Descrição	Artigos relacionados
Revisão da literatura/Análise e documental	Estudos baseados em revisão de literatura, análise de planos de manejo, publicações científicas e documentos técnicos.	ATG01, ATG14, ATG19, ATG23, ATG26, ATG31, ATG32, ATG35, ATG36, ATG39
Estudo de caso, Pesquisa de campo, Intervenções pedagógicas/abordagens formativas	Investigações em contextos específicos, observações, entrevistas, propostas, atividades práticas, Projetos de extensão, oficinas, trilhas educativas, jogos, ações colaborativas com comunidades e processos educativos com participação ativa dos envolvidos	ATG02, ATG03, ATG04, ATG06, ATG07, ATG13, ATG15, ATG17, ATG18, ATG20, ATG21, ATG24, ATG25, ATG27, ATG29, ATG30, ATG33, ATG34, ATG37, ATG38, ATG41, ATG42
Pesquisas com Instrumentos Diretos	Aplicação de questionários, mapas mentais, entrevistas e análise de conteúdo com foco em percepção, avaliação ou impacto	ATG05, ATG08, ATG09, ATG10, ATG11, ATG12, ATG16, ATG22, ATG28, ATG40,

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Em contraponto, pesquisas de campo e estudos de caso (ATG02, ATG03, ATG04, ATG05, ATG09, ATG12, ATG16, ATG30), com entrevistas, questionários, observação participante, trilhas interpretativas e análise documental, possibilitam captar experiências locais, concepções ambientais e práticas educativas, aproximando teoria e prática. Pesquisas participativas e intervenções educativas (ATG07, ATG15, ATG21, ATG37, ATG38, ATG42), como o uso de RPG, documentários e trilhas interpretativas, exemplificam inovação pedagógica, o que pode ser viável para engajar estudantes, comunidades e visitantes. Nesse sentido, Gatti (2017, p. 1163) evidencia:

Assim, as práticas educativas saem da trivialidade com que em geral são consideradas e se tornam foco essencial para a melhor qualificação da educação escolar e, além, para a vida em sociedade, tendo em vista os novos contornos dos desafios contidos no propiciar aprendizagens significativas às crianças e jovens em suas formas de desenvolvimento no mundo de hoje. Novos desafios para o fazer docente nos cotidianos das salas de aula se colocam e somos instados a construir modalidades motivadoras para trabalhar com a educação das novas gerações e propiciar-lhes a apropriação/construção/reconstrução de conhecimentos sistematizados em nosso processo civilizatório. Conhecimentos que são básicos para compreensão e preservação do habitat natural e para a vida social e cultural nas comunidades. Isso implica intensa relação entre o pensamento e as ações concretas situadas nas salas de aula e os contextos socioculturais. Ainda, é preciso considerar que as práticas educativas propiciam o surgimento de novos conhecimentos sobre a relação pedagógica.

Entre os pontos fortes, observa-se a integração de conceitos teóricos de EA a ações efetivas, com a valorização da aprendizagem experiencial (ATG03, ATG15, ATG38). Projetos participativos reconhecem e valorizam saberes locais, contribuindo para a gestão das UCs (ATG02, ATG27, ATG33). A articulação entre abordagens qualitativas e quantitativas qualifica a análise e estende a compreensão do fenômeno (ATG09, ATG16, ATG32). Já a criatividade e a inovação pedagógica, expressas em trilhas interpretativas, documentários e jogos educativos, contribuem para a sensibilização ambiental (ATG07, ATG21, ATG38). Amaral, Carvalho e Coutinho (2020) corroboram, descrevendo que trilhas interpretativas transformam momentos de lazer em experiências de aprendizagem significativa, promovendo integração de conteúdos, vivência prática e estratégias para aprendizado e conhecimento.

Apesar dos avanços, persiste a predominância de um viés conservacionista, centrado na proteção ambiental e na conservação biológica, sem considerar conflitos socioambientais ou desigualdades locais (ATG01, ATG14, ATG23). Enfoques críticos e emancipatórios permanecem minoritários, embora relevantes (ATG01, ATG06, ATG29). Outras fragilidades dizem respeito à subnotificação de atividades e à ausência de sistematização na documentação das ações educativas (ATG04, ATG12, ATG40), somadas a limitações estruturais e contextuais, como insuficiência de recursos humanos, financeiros e tecnológicos, além da dificuldade de mobilizar alunos e comunidades (ATG17, ATG18, ATG30). Persistem também fragilidades entre teoria e prática, com algumas pesquisas apresentando visões idealizadas da EA sem considerar os desafios reais de implementação (ATG10, ATG25). À vista disso, Lima e Torres (2021, p. 13) concebem:

Não existe uma receita que dê conta da complexidade da EA no Brasil e no mundo no cenário atual. Entretanto, quando o que está em jogo é a necessidade de uma nova organização social em razão das crises elencadas anteriormente, não se trata de construir um “novo normal” nas mesmas condições de desigualdade socioambiental, de consumo e de relações interpessoais eivadas de ódio e violência. Existe um entrelaçamento entre o individual, o social e o ambiental, que não se resolve no âmbito meramente privado. Como se vê, a EA escolar tem diversos desafios a responder e potencialidades a desenvolver. Ressalte-se, todavia, que a condição periférica que ela tem ocupado no sistema escolar não diminui a sua importância social, pedagógica, cultural e política e, sem ela, será muito mais difícil a construção de uma sociedade sustentável.

No caso do ATG07, identificamos elementos que remetem diretamente à macrotendência conservacionista, como nos trechos:

“Desenvolver atividades de EA está de acordo com os objetivos conservacionistas das UCs, ao passo que possibilita estreitar os vínculos e a afetividade entre a unidade, os moradores do entorno e os visitantes, estimulando, dessa forma, a participação na proteção daquela área.” (p. 128).

“Educação Ambiental em UCs, sensibilizando e potencializando novos sentidos para a existência e importância desses territórios protegidos.” (p. 128).

Ambos os fragmentos refletem um modelo de EA baseado na sensibilização, valorização da natureza e promoção de atitudes preservacionistas. Essa abordagem prioriza a *afetividade e o engajamento individual* com os espaços naturais protegidos, evitando discussões estruturais sobre conflitos sociais, políticos e econômicos. Isso é coerente com a posição disciplinar ecológico-comportamentalista da EA conservacionista, voltada à alfabetização ecológica e à valorização da biodiversidade como patrimônio a ser protegido.

Por outro lado, a macrotendência pragmática se faz presente em artigos como o ATG11 e o ATG15, respectivamente, em trechos como:

“Esta pesquisa apontou que poucos moradores da comunidade de Cachoeira tinham consciência ambiental e a pesquisa contribuiu para aumentar essa consciência e fazer com que eles percebessem a possibilidade do uso responsável dos recursos naturais disponíveis.” (p. 543);

“Eles entendem que este local é importante porque, além de proteger recursos biológicos importantes, como fauna, flora e recursos hídricos, apresenta um alto potencial turístico para a região.” (p. 117).

É válido ressaltar que, a partir das leituras, podem ser identificadas mais de uma macrotendência, como no caso do ATG15:

- Conservacionista: Apresenta foco na proteção de recursos biológicos: fauna, flora e recursos hídricos, ou seja, a valorização da preservação ambiental.
- Pragmática: Há menção ao “alto potencial turístico para a região”, indicando interesse pelo uso econômico ou utilitário do local.
- Crítica: Não se enquadra, pois não questiona conflitos socioambientais, desigualdades ou promove reflexão sobre justiça ambiental.

Tais excertos evidenciam o caráter eminentemente instrumental da EA no âmbito da macrotendência pragmática, cuja orientação recai sobre a resolução de problemas ambientais pontuais, a promoção do uso racional e sustentável dos recursos naturais, bem como o aproveitamento pedagógico e econômico das UCs. Esta abordagem estrutura-se sob a lógica da funcionalidade, privilegiando a conscientização ambiental e a implementação de soluções práticas, ainda que se abstenha de questionar, de maneira profunda, os arcabouços sociais e econômicos que engendram as desigualdades socioambientais.

É digno de nota, ademais, que o fragmento localizado na página 117 inicia-se com uma tonalidade discursiva alinhada à macrotendência conservadora na medida em que enfatiza a importância da proteção dos recursos naturais e, posteriormente, incorpora o viés pragmático ao salientar o “potencial turístico” da região, cuja valorização se articula diretamente com interesses de ordem econômica. Essa mescla de orientações é coerente com a análise de Layrargues e Lima (2014), os quais agrupam as tendências conservadora e pragmática sob a denominação de conservacionistas, reservando à EA crítica o estatuto de perspectiva alternativa, por sua disposição em confrontar as contradições estruturais e politizar os debates ambientais em sua complexidade histórica e social.

A perspectiva da EA crítica manifesta-se em artigos como o ATG01 e o ATG10, entre outros, sendo possível identificá-la, respectivamente, nos trechos a seguir:

“A EA crítica busca desenvolver uma consciência crítica, considerando as questões ecológicas, políticas e sociais.” (p. 206).

“Assim, a abordagem crítica da EA busca superar o reducionismo, incentivando um pensar e fazer sobre o meio ambiente de maneira que os saberes ambientais sejam transformadores, se construídos coletiva e cooperativamente, democrática e participativamente.” (p. 348).

Tais posicionamentos indicam uma EA comprometida com a transformação social, a justiça ambiental e a participação democrática. Ao contrário das demais tendências, a perspectiva crítica busca problematizar os modelos de desenvolvimento, enfrentando diretamente as desigualdades sociais, políticas e econômicas que estão na raiz dos problemas ambientais.

Ainda que os artigos ATG01 e ATG10 façam alusão à EA crítica em seus fragmentos, impõe-se destacar que, para qualificar um artigo como verdadeiramente dedicado ao tratamento da EA crítica, é imprescindível não se restringir à simples menção a tal conceito, mas, antes, analisar a maneira pela qual este é profundamente desenvolvido ao longo do texto, levando em conta o método adotado, as implicações pedagógicas envolvidas e a abordagem teórica subjacente.

Desse modo, a Figura 3 apresenta a categorização dos 42 artigos analisados conforme suas respectivas macrotendências.

A análise revela uma predominância marcante da tendência conservadora nos 42 artigos selecionados, evidenciando a hegemonia de práticas pedagógicas tradicionais, centradas na transmissão de conteúdos e na reprodução de saberes. A tendência crítica, embora menos frequente, aparece de forma significativa em alguns textos, apontando para movimentos de resistência e propostas de transformação social e educacional, como ocorreu semelhante com os resultados do ATG23. Já a tendência pragmática tem

presença mais discreta, sugerindo que a abordagem utilitária e voltada às competências ainda não ocupa lugar de foco nas discussões analisadas, conforme os dados recorrentes na metassíntese.

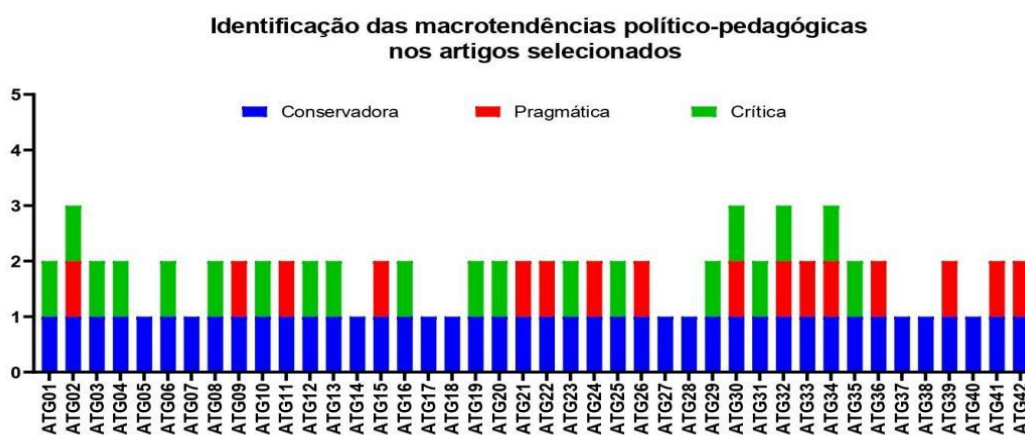


Figura 3: Identificação das macro tendências político-pedagógicas nos artigos selecionados
Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A coexistência de diferentes tendências em alguns artigos indica tensões e transições no campo educacional, refletindo a complexidade dos debates e práticas pedagógicas, especialmente no que tange à EA. Isso se torna evidente por meio da análise das palavras-chave, na qual se observa a heterogeneidade de focos nas pesquisas em EA. Para tanto, evidenciam o direcionamento da EA em diálogo com UCs, destacando temáticas como percepção ambiental, sensibilização, participação comunitária e práticas educativas em contextos formais e não formais. A recorrência de termos como governança, políticas públicas, comunidades tradicionais e justiça socioambiental revela um vocabulário que, embora promissor, frequentemente se esvazia em discursos protocolares. Esses conceitos, quando instrumentalizados de maneira acrítica, correm o risco de se tornarem meros aportes retóricos.

Embora muitos artigos afirmem seguir a macro tendência crítica, suas práticas e argumentos remetem a abordagens conservadoras e pragmáticas, ou seja, há uma distância entre o discurso e a prática de pesquisa/intervenção. Assim, mesmo sendo reconhecida como um caminho viável, a EA crítica ainda enfrenta resistência, pois, como afirmam Costa e Loureiro (2024), ela propõe uma postura emancipatória, antissistêmica e contra-hegemônica, desafiando os interesses das classes dominantes.

Para que de fato fundamentem uma abordagem crítica na mediação entre preservação ambiental e transformação social, é preciso superar a superficialidade conceitual e investir na materialização dessas diretrizes na práxis cotidiana das coletividades em suas práticas sociais. A partir disso, se vê uma conexão com os estudos de Leandro, Gonçalves e Angeli (2022), que

apontam a EA como um campo amplo de investigação científica, ou seja, um espaço de produção de conhecimento que merece ser explorado. Sendo assim, os contextos de referência das pesquisas analisadas são expressos na Figura 4.

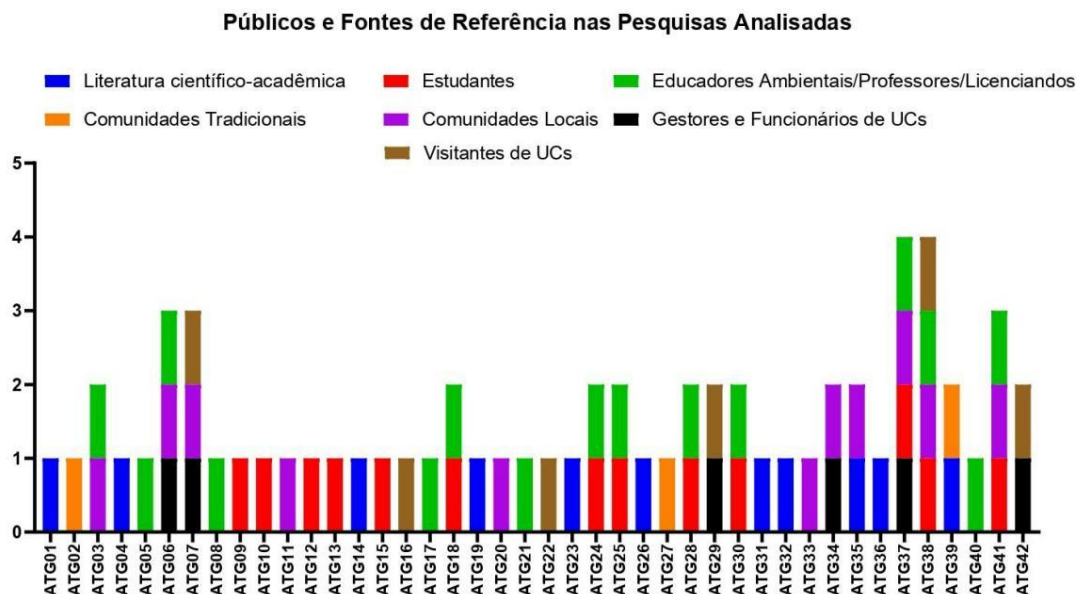


Figura 4: Públicos e fontes de referência nas pesquisas analisadas

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A Figura 4 revela uma concentração significativa das pesquisas em EA voltadas a estudantes e educadores, o que evidencia uma preocupação recorrente com os processos formativos e com a inserção da temática ambiental no âmbito escolar e acadêmico. No entanto, a presença mais tímida de comunidades tradicionais, visitantes e gestores de UCs aponta para uma lacuna importante: a necessidade de ampliar o diálogo com atores sociais diretamente envolvidos nos territórios e práticas ambientais.

Para Moscal e Kaminski (2014), o etnoconhecimento das comunidades tradicionais situadas no entorno das UCs constitui um ponto de partida essencial para a reconstrução de reminiscências históricas, articulando saberes ancestrais à preservação dos territórios onde esses remanescentes culturais e naturais coexistem. Embora a literatura científico-acadêmica sustente grande parte das reflexões, urge uma articulação mais efetiva entre esse referencial teórico e os saberes locais, de modo a fortalecer abordagens mais críticas, contextualizadas e inclusivas no campo da EA.

Considerações Finais

Considerando que as revistas científicas abarcam uma pluralidade legítima de pautas em suas linhas editoriais, sem a obrigatoriedade de priorizar temas específicos como as UCs, nota-se uma oportunidade para ampliar a

visibilidade da EA nesse contexto. Tendo em vista a busca constante de educadores por referências e metodologias para suas práticas, sugere-se que programas de pós-graduação e redes de pesquisadores articulem e proponham dossiês temáticos voltados à EA em UCs, fomentando o debate contínuo e organizado sobre a área.

Diante do *corpus* examinado, observa-se que as práticas pedagógicas de EA nas UCs ainda dialogam fortemente com a matriz conservacionista, enfatizando a sensibilização e o ensino de conteúdos ecossistêmicos. Paralelamente, identificam-se movimentos de aproximação com abordagens críticas e pragmáticas, demonstrando o caráter dinâmico e plural do campo. A diversidade metodológica e os diferentes públicos atendidos evidenciam um cenário pedagógico em construção, no qual se desenvolvem propostas voltadas à contextualização da realidade local e ao fortalecimento do pertencimento socioambiental. Esses caminhos sinalizam a busca por práticas educativas que integrem dimensões éticas, históricas e culturais no âmbito do ensino formal e não formal, alinhando-se aos debates contemporâneos da área.

Por fim, cabe destacar as limitações inerentes ao recorte metodológico adotado neste trabalho. A opção por desconsiderar a categoria 'Gestão Ambiental e Interação com Comunidades Locais/Tradicionais' respondeu estritamente à necessidade de delimitar a exequibilidade do estudo às práticas pedagógicas e de ensino. Contudo, reconhece-se que essa escolha constitui uma limitação importante, uma vez que qualquer ação de EA em UCs ocorre no âmbito da gestão pública e é por ela condicionada, como expressa a própria Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA, 2011). A exclusão dessa categoria não implica que a gestão desconsidere a EA; ao contrário, periódicos científicos buscam contemplar múltiplos temas sem se restringir a linhas editoriais exclusivas. Assim, para investigações futuras, almeja-se incluir a dimensão da gestão e das comunidades locais, bem como adotar referenciais como as diretrizes da ENCEA para complementar ou tencionar a análise das macrotendências, valorizando o percurso formativo gradual e a relevância de abordagens conservacionistas e pragmáticas (como a economia comunitária e o pertencimento local) no contexto das UCs.

Como perspectivas de trabalhos futuros, a metodologia aqui empregada pode ser expandida por meio da inclusão de novos descritores nas buscas, como 'Áreas Protegidas' e 'Áreas Naturais Protegidas', o que permitiria alcançar um acervo mais amplo de periódicos. Adicionalmente, encoraja-se a realização de investigações direcionadas a revistas específicas da área de Ensino de Ciências/Educação em Ciências, com o intuito de aferir a contribuição desses veículos para o estado do conhecimento sobre EA em UCs, além do mapeamento de teses e dissertações que contemplem essa interface temática.

Um aspecto relevante nos estudos analisados é a busca por articular o campo teórico ao empírico. Contudo, no que tange à EA crítica, nota-se que ela muitas vezes é mais explorada em plano conceitual do que na efetiva prática pedagógica, levando a metodologias com dinâmicas conservacionistas ou pragmáticas. Essa constatação não implica um julgamento de valor ou a rotulação das macrotendências como categorias excludentes ou impermeáveis, em que uma vertente seja a priori superior à outra. A análise das macrotendências ganha mais notoriedade com os itinerários epistêmicos de Andrade (2024), que incluem as correntes pós-crítica e decolonial. Com isso, reforça-se a necessidade de consolidar os fundamentos filosóficos, epistemológicos e ontológicos do campo. O processo educativo é um percurso condicionado por fatores como tempo, recursos e especificidades dos sujeitos, exigindo que a prática responda às demandas reais do contexto e do território, e não rigidamente a filiações teóricas. Assim, as fragilidades apontadas na articulação com o ensino não inviabilizam práticas conservacionistas inovadoras e participativas, mas abrem caminhos para investigar a materialização de abordagens plurais, emancipatórias e contextualizadas no cotidiano das UCs.

Referências

ABRAHÃO, Gisele Rosa; ASMUS, Milton. Sistema de governança em Unidades de Conservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 44, 2018.

ALVES, Carlos Alex; SILVA, Leandro Londero da. Grupos de pesquisa em Educação Matemática como objeto de estudo: uma visão do estado da arte. **Cadernos de Pesquisa**, v. 53, e09694, 2023.

COSTA FILHO, Pedro Alves da; FERREIRA, Letícia Sousa dos Santos; NÁPOLIS, Patrícia Maria Martins. Metodologias de educação ambiental em unidades de conservação brasileiras: uma revisão de 2011 a 2021. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 41, n. 2, p. 52–72, 2024.

AMARAL, Cislara Pires; COUTINHO, Cadija; CARVALHO, Mário Luiz Corcini. Trilha interpretativa: aliando atividade física aos conceitos biológicos numa proposta de Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 15, n. 1, p. 27–43, 2020.

ANDRADE, Daniel Fonseca de. Conservacionista, pragmática, crítica, pós-crítica e decolonial: itinerários epistêmicos da educação ambiental pelas dimensões do pensamento. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 30, e24047, 2024.

ARDOIN, Nicole M.; BOWERS, Alison W.; GAILLARD, Estelle. Environmental education outcomes for conservation: A systematic review. **Biological Conservation**, v. 241, p. 108224, 2020.

BORGES, Pollyana de Godoy; GUILHERME, Frederico Augusto Guimarães. Educação ambiental: a chave da mitigação de conflitos e proteção de Unidades de Conservação no Cerrado. **Geoambiente On-line**, Goiânia, n. 37, p. 126–145, 2020.

Revbea, São Paulo, V. 21, Nº 4: 230-264, 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação. **Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação – ENCEA.** Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Educação, 2011. 45 p. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/publicacao_encea.pdf. Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASILEIRO, Luiza; ALMEIDA, Luzia Etelvina de; SAITO, Carlos Hiroo. Percepção dos visitantes do Parque Nacional de Brasília sobre sua interação com *Cebus libidinosus*: subsídios para uma prática de Educação Ambiental e de conduta consciente de visitantes de Unidade de Conservação da Natureza. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 26, 2013.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. O sujeito ecológico: a formação de novas identidades na escola. In: PERNAMBUCO, Marta; PAIVA, Irene. (Org.). **Práticas coletivas na escola.** 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2013, v. 1, p. 115-124.

CARVALHO, Jéssica Vinhático de; ALVES, Laís; SANTOS, Andrea Karla Almeida dos. Educação Ambiental e popularização do conhecimento: percepção de estudantes sobre uma Unidade de Conservação na Bahia. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 16, n. 5, p. 356–376, 2021.

CHAVES, Teresa Cristina de Oliveira; FREITAS, Daiane Lopes de; MACEIRA, Tamires Rangel de Sá; SILVA, Luiz Fernando Saraiva da. Programa Parque Escola: uso público das unidades de conservação em Guapimirim, RJ. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**, Niterói, v. 3, n. 7, p. 74–84, 2015.

CÓRDULA, Eduardo Beltrão de Lucena; NASCIMENTO, Glória Cristina Cornélio do; FURTADO, Gil Dutra; ABÍLIO, Francisco José Pegado. Educação ambiental não formal para sensibilização do público infanto-juvenil em assentamentos na Paraíba. **Gaia Scientia**, v. 9, n. 1, 2015.

COSTA, César Augusto; LOUREIRO, Carlos Frederico. Educação Ambiental crítica e conflitos ambientais reflexões à luz da América Latina. **Revista e-Curriculum**, v. 22, p. 1-24, 2024.

COSTA FILHO, Pedro Alves da; FERREIRA, Letícia Sousa dos Santos; NÁPOLIS, Patrícia Maria Martins. A compreensão da natureza para atividades de Educação Ambiental na Unidade de Conservação Floresta Nacional de Palmares, Altos (Piauí). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 18, n. 5, p. 261–279, 2023.

CRUZ, Camila Aparecida da; SOLA, Fernanda. As Unidades de Conservação na perspectiva da Educação Ambiental. **Ambiente & Educação**, v. 22, n. 2, p. 208–227, 2018.

DO NASCIMENTO, Maria Vitória Élide; ARAÚJO DE ALMEIDA, Elineí. Estudo das percepções e avaliação de interações educativas voltadas ao meio ambiente em escolas de uma Unidade de Conservação do Rio Grande do Norte – Brasil. **Ambiente & Educação**, v. 17, n. 2, p. 25–38, 2013.

DORNEL, Carla Jeane Helfemsteller Coelho; LINS, Ana Luiza Dias; DAMÁZIO, Marcela. Educação Ambiental na perspectiva biocêntrica - valores frente à vida e efetivação da proteção ambiental: uma análise a partir da gestão de unidades de conservação. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, v. 6, n. 2, p. 58–72, 2020.

ERNST FRIZZO, Taís Cristine. A ambientalização do currículo em escolas próximas a unidades de conservação. **Ambiente & Educação**, v. 25, n. 2, p. 50–72, 2020.

FARIA, Paula Maria Ferreira de; CAMARGO, Denise de. Metassíntese: revisão sistemática qualitativa na área da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. e270122, 2022.

FORTES, Isabele de Brito; DIAS, Júlia Marques de Moraes. A importância da Educação Ambiental para a conscientização das populações no entorno de Unidades de Conservação: o caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 18, n. 4, p. 148–170, 2023.

FRANCO, Elizabete Aparecida Sola. Projeto Escola & Universidade: a formação do sujeito ecológico. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 9, n. 2, p. 436–450, 2014. DOI: 10.34024/revbea.2014.v9.1837.

GATTI, Bernardete A. Didática e formação de professores: provocações. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 166, p. 1150–1164, out. 2017.

GEBER, Fernanda Morozesky; SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de; CAMPOS, Renata Bernardes Faria. Potencial educativo em Unidade de Conservação: o caso do Parque Natural Municipal de Governador Valadares (Minas Gerais). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 17, n. 3, p. 259–280, 2022.

GOMES, Stéfano Bruno Vieira; ROCHA, Marcelo Borges. Estudo sobre Gestão de Resíduos Sólidos e Educação Ambiental em Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 10, n. 2, p. 230–244, 2021.

GOMES DA SILVA, Sergio; FERNANDES FERREIRA, Francimeire; SENA MARINHO, Lilian. O quilombo na floresta: perspectivas e estratégias de Educação Ambiental com uma comunidade Quilombola no interior de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. **Ambiente & Educação**, v. 26, n. 2, p. 285–307, 2022.

Revbea, São Paulo, V. 21, Nº 4: 230-264, 2026.

JUNIOR, Antônio Fernandes Nascimento; SILVA, André Maciel da. A construção de um modelo para o ensino de ecologia em Unidades de Conservação: o caso do Parque Ecológico Diva Paim Barth, município de Toledo, Paraná. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 11, n. 4, 2015.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 23–40, jan. 2014.

LEANDRO, Gabriel Brand; GONÇALVES, Adriano Marques; ANGELI, Thaís. As pesquisas brasileiras em educação ambiental que abordam o tema da reciclagem e suas macro-tendências político-pedagógicas norteadoras: uma análise a partir de teses e dissertações. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 39, n. 2, p. 287–307, 2022.

LEITE REZENDE, Vanessa; LEITE CUNHA, Fernanda. Os desafios do uso de trilhas em Unidades de Conservação. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 10, n. 3, 2014.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 145-163, 2009.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa; TORRES, Maria Betânia Ribeiro. Uma educação para o fim do mundo? Os desafios socioambientais contemporâneos e o papel da Educação Ambiental em contextos escolarizados. **Educar em Revista**, v. 37, p. e77819, 2021.

LOPES, Priscila Amaro; BUENO, Fernando Protti; SAISSE, Maryane Vieira. Contextos não escolares e pesquisa em educação ambiental: questões e desafios observados nos Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 13, n. 1, p. 196-207, 2018.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; CUNHA, Cláudia Conceição. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente & Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 237–253, 2008.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n. 1, p. 53–71, jan. 2013.

MAROTI, Paulo Sérgio; SANTOS, Erica Lima; SILVA, Cleverton da. Validação do Role-Playing Game "Jogo do Parque" junto a grupo amostral do entorno de uma Unidade de Conservação no Agreste Sergipano. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 34, n. 2, p. 219–237, 2017.

MARQUES, Jean Dalmo et al. Concepção ambiental de educadores ambientais em Unidade de Conservação. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 18, n. 3, p. 09–31, 2023.

MARQUES, Piatã Santana. Saberes e fazeres locais na conservação dos recursos hídricos: bases para ações em Educação Ambiental em uma unidade de conservação. **Ambiente & Educação**, v. 16, n. 2, p. 115–122, 2012.

MENDONÇA, Felipe Cruz; TALBOT, Virgínia. Participação social na gestão de unidades de conservação: uma leitura sobre a contribuição do Instituto Chico Mendes. **Revista Biodiversidade Brasileira**, v. 14, n. 1, p. 211-234, 2014.

MOSCAL, Jandaira S.; KAMINSKI, Tatiana C. G. Comunidades tradicionais e Unidades de Conservação: etnoconhecimento no entorno do Parque Estadual das Lauráceas, Paraná. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 297-307, jul./dez. 2014.

NASCIMENTO, Cristina Alves et al. Educação ambiental formal em unidades de conservação da Região Hidrográfica do Guaíba, Rio Grande do Sul. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**, Niterói, v. 3, n. 5, p. 69–81, 2015.

NHAGA, Toni; CAMAROTTI, Maria de Fátima; CORREIA, Maria Luíza Dias. Subsídios para implantação da Educação Ambiental no Parque Nacional de Sete Cidades (Piauí) por meio da percepção dos moradores de uma comunidade do entorno. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 16, n. 1, p. 527–547, 2021.

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Noronha de. Aula no parque: principais reflexões acerca da realização de atividades pedagógicas em unidades de conservação da natureza. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, v. 3, n. 1, p. 110–127, 2018.

PANAGASSI, Ivy; SETIN, Monique Fernanda; ASSIS, Nathalie Aprígio; MALAVAZZI, André Aparecido. Produção audiovisual como instrumento de educação ambiental: experiência em Unidade de Conservação. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 12, n. 5, p. 126–139, 2017.

PANZERI, Carla Gracioto; EVANGELISTA JUNIOR, Carlito da Silva. Educação Ambiental popular em Unidade de Conservação: educadores ambientais locais Serra do Itapeti. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 19, n. 3, p. 295–309, 2024.

PERES, Luana Daniela da Silva et al. GAUPUC: uma proposta educacional para o fortalecimento do uso público em unidades de conservação. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**, Niterói, v. 8, n. 13, p. 27–41, 2020.

PIMENTEL, Beatriz Carolina; FONSECA, Virginia Martins. A perspectiva discursiva do vídeo-documentário “Mar sem Fim - Unidades de Conservação”: o caso da Reserva Extrativista de Canavieiras sob a ótica do turismo em áreas protegidas. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**, Niterói, v. 8, n. 13, p. 62–74, 2020.

PINTO, Adrielly de Kássia Menezes; LOPES, Luciane Barbosa; ASSIS, Davison Márcio Silva de; TAVARES-MARTINS, Ana Cláudia Caldeira. O

Revbea, São Paulo, V. 21, Nº 4: 230-264, 2026.

impacto de uma trilha ecológica na ampliação das concepções de natureza em alunos de uma Unidade de Conservação. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 17, n. 2, p. 369–388, 2022.

RODRIGUES, Karlen; APARECIDA DE OLIVEIRA SEREIA, Diesse; TIYOMI OBARA, Ana. Estudos de percepção ambiental em Unidades de Conservação: uma revisão sistemática da literatura. **Ambiente & Educação**, v. 28, n. 2, p. 1–31, 2023.

RODRIGUES, Karlen; OBARA, Ana Tiyomi; SEREIA, Diesse Aparecida de Oliveira. Educação ambiental em Unidades de Conservação brasileiras: uma revisão sistemática das macrotendências político-pedagógicas. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 19, n. 5, 2023.

RODRIGUES, Karlen; TENFEN, Camila Esser; SEREIA, Diesse Aparecida de Oliveira; OBARA, Ana Tiyomi. Percepções ambientais de residentes do entorno de uma Unidade de Conservação: instrumento para a Educação Ambiental Crítica. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 19, n. 6, 2023.

SANTANA, Andressa Pieroni; FUKUDA, Juliana Cristina. Oficinas ambientais da Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim e da Estação Ecológica da Guanabara (Rio de Janeiro): atraindo a comunidade às unidades de conservação através de capacitações. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**, Niterói, v. 3, n. 5, 2015.

SATO, Michèle; SILVA, Regina; JABER, Michelle. **Educação ambiental: tessituras de esperanças**. Cuiabá: Editora Sustentável, EdUFMT, 2018.

SERPE, Bernadete Machado; ROSSO, Ademir José; CAMARGO, Brigido Vizeu. Percepção, cognição e aprendizagem socioambiental em unidade de conservação. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 6, n. 2, p. 79–99, 2011.

SILVA, Alex Antonio da; NAVAS, Celeste. Unidades de Conservação e as contribuições da Revista Brasileira de Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 19, n. 4, p. 189–211, 2024.

SILVA, Alexsandro Santos da; SILVA, Fabio Teixeira; FIGUEIREDO, Thuania Ramos. A importância das aulas de campo em Unidade de Conservação na Educação Básica: pós-isolamento social. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 15, n. 7, p. 155–164, 2020.

SILVA, Amanda Cristina Liberato da et al. Educação ambiental em trilhas interpretativas: ações de formação crítica e sensibilização em unidades de conservação. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**, v. 12, n. 17, p. 70–85, 2024.

SILVA, Priscila Maria dos Santos et al. Unidade de conservação urbana como espaço educativo: práticas com alunos do ensino fundamental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 25, 2013.

SILVA, Rafaela Aparecida da; BONOTTO, Dalva Maria Bianchini. Crianças e adolescentes moradores de uma Unidade de Conservação: qual educação ambiental oferecer-lhes?. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 20, 2013.

SIMÕES, Noéle Aparecida; HAYASHI, Carmino. Educação Ambiental em Unidade de Conservação Municipal: percepções de estudantes do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 19, n. 1, p. 346–367, 2024.

SOARES, Maria Luísa Branco; CARVALHO, Maria Bernadete Sarti da Silva. Concepções e práticas de Educação Ambiental em unidades de conservação: estudo de caso na Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, Rio Claro-São Paulo. **Ambiente & Educação**, v. 18, n. 2, p. 209–228, 2014.

SOUZA, Bettina Rubin de; FRIZZO, Taís Cristine Ernst; ROCHA, Dayse Aparecida dos Santos; DELACROIX, Rafaela. Escola, Universidade e Unidade de Conservação: a Educação Ambiental como conexão, um estudo de caso em Itapuã – Rio Grande do Sul. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 37, n. 1, p. 336–346, 2020.

SOUZA, Shislene Rodrigues de; ARAÚJO, Alzira Almeida de; PONTES, Altem Nascimento. Educação Ambiental e o conflito fundiário em Unidade de Conservação Estadual na Amazônia: pensando o território e os impactos de transformação socioambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 17, n. 5, p. 331–340, 2022.